CURSO ONLINE

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ORÇAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS

Metodologia de cálculo de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos

23 E 24 DE NOVEMBRO DE 2026 | 16 HORAS



Palestrante
ANDRÉ PACHIONI BAETA

APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS

A reforma tributária brasileira, recentemente aprovada, representa uma das mudanças mais profundas no sistema fiscal das últimas décadas. Seus efeitos transcendem a arrecadação e atingem diretamente a dinâmica dos contratos administrativos, especialmente no setor de obras públicas, em que a estrutura de custos é sensível à incidência de tributos sobre materiais, equipamentos, serviços e encargos. Compreender essa nova realidade é essencial para gestores, engenheiros, auditores e profissionais da área jurídica que atuam na formulação de orçamentos, na execução contratual e no controle de empreendimentos públicos.

Nesse contexto, a ação de capacitação ora proposta foi concebida para oferecer uma análise técnica e prática dos reflexos do novo modelo tributário (IBS e CBS) sobre os custos diretos e indiretos das obras públicas. Serão examinados aspectos como o impacto dos tributos nos insumos de construção civil, a reestruturação do BDI, a desoneração da folha e os novos parâmetros de formação de preços a partir da substituição dos tributos atuais (ISS, ICMS, PIS, COFINS e IPI).

O curso também abordará metodologias aplicáveis à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, considerando variações de custos decorrentes da reforma, da inflação setorial e de eventos supervenientes. Serão discutidas as bases jurídicas e técnicas da revisão e do reequilíbrio, com ênfase na aplicação prática de modelos de cálculo e na análise de casos reais de obras públicas.

Trata-se de uma oportunidade única de capacitação multidisciplinar, que une os campos do Direito Administrativo, da Engenharia de Custos e da Economia Pública. O participante sairá apto a avaliar, justificar e quantificar os impactos tributários sobre contratos de obras, aplicando critérios técnicos, legais e financeiros consistentes.

O curso destina-se a engenheiros, arquitetos, advogados, contadores, auditores, gestores públicos e demais profissionais envolvidos no ciclo de contratação e execução de obras públicas, oferecendo um conteúdo atual, aplicado e indispensável à tomada de decisões em um cenário de transição tributária e crescente exigência de eficiência na gestão dos recursos públicos.

PÚBLICO-ALVO

- Gestores e fiscais de obras;
- Pregoeiros, agentes de contratação e integrantes de comissões de licitação;
- Auditores e outros servidores que atuam nas áreas de controle interno e externo de obras públicos;
- Gerentes de contratos de obras;
- Advogados;
- Construtores;
- Projetistas; Engenheiros; Arquitetos;
- Consultores;
- Peritos;
- Gestores Públicos;Orçamentistas;
- Servidores públicos e profissionais relacionados com o processo de contratação e concorrência pública de infraestrutura; e
- Funcionários de empresas estatais que atuam no planejamento, orçamentação e fiscalização de obras públicas e serviços de engenharia.

CURSO ONLINE

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ORÇAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS

Metodologia de cálculo de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos

23 E 24 DE NOVEMBRO DE 2026 | 16 HORAS

METODOLOGIA

O curso será transmitido online/ao vivo pela plataforma ZOOM, tratando dos temas relacionados com o conteúdo do curso. Nesse sentido, serão realizadas aulas expositivas, com utilização de slides e apostila digital.

Para participar do curso na modalidade online o aluno deverá contar com um microcomputador, tablet ou aparelho celular, para que possa assistir ao vídeo online dos professores e visualizar os slides das apresentações.

Não é imprescindível, mas é desejável que o equipamento também disponha de uma câmera de vídeo e microfone, que permitirá ao aluno interagir com os palestrantes por meio de perguntas verbais.

Na falta do microfone, o participante também poderá formular perguntas pelo chat da plataforma do curso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEXTO E FUNDAMENTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA

- Objetivos e princípios da Reforma Tributária: simplicidade, neutralidade e transparência.
- Estrutura e funcionamento do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).
- Extinção dos tributos anteriores (ISS, ICMS, PIS, COFINS e IPI) e efeitos sobre as obras públicas.
- Princípio da não cumulatividade plena: crédito integral em todas as etapas da cadeia produtiva.
- Princípio do destino: a tributação ocorre no local do consumo, e não mais na origem.
- A Reforma Tributária e os seus impactos na construção civil.
- Os impactos da Reforma Tributária nos contratos administrativos.
- Diferenças entre a tributação de obras públicas e privadas no novo regime.
- Como fica o Simples e a tributação pelo lucro presumido na Reforma Tributária.
- Regras sobre os créditos de IBS e CBS.
- Incidência do IBS e do CBS “por fora” em contraposição ao ICMS incidindo “por dentro”.
- Como fica o IPI com o advento da Reforma Tributária?
- A competência federativa para recolher os tributos da obra.
- O CIB (Cadastro Imobiliário Brasileiro) como centro de custo para recolhimento do IVA sobe obras de construção civil.
- Regras de transição.
- Necessidade de readequação dos sistemas de contabilidade, faturamento e orçamentação pública.

FUNDAMENTOS DA ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS

- Conceitos essenciais e propriedades do orçamento de engenharia.
- Processo de formação do preço em obras públicas.
- Marco legal vigente e reflexos na precificação.
- Papel do orçamento no planejamento, contratação e controle físico-financeiro.
- Orçamentos expeditos e paramétricos.
- Orçamento sintético e analítico.
- Interpretação de uma composição de custo unitário.
- Cálculo de equipes e produções horárias.
- Considerações diversas sobre o cálculo de quantitativos de serviços. Fontes para obtenção de preços referenciais e sua priorização.

CURSO ONLINE

IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ORÇAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS

Metodologia de cálculo de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos

23 E 24 DE NOVEMBRO DE 2026 | 16 HORAS

ESTRUTURA E METODOLOGIA DO SINAPI

- Funcionamento do Sinapi, relatórios e formatos de apresentação.
- Árvore de fatores, parâmetros e manutenção de insumos e composições.
- Tipos de insumos e composições (analíticas, auxiliares e kits).
- Responsabilidades institucionais e cadernos técnicos.
- Uso prático das composições referenciais.
- Passo a passo para usar o Sinapi e outras tabelas referenciais.

MÃO DE OBRA, ENCARGOS SOCIAIS

- Produtividade da mão de obra e fatores de desempenho.
- Encargos sociais: horistas, mensalistas e conversões salariais.
- Custos indiretos de pessoal (alimentação, transporte, EPIs, exames e capacitação).
- Pejotização da mão de obra e impactos no orçamento estimativo.

MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA DE OBRA

- Metodologia de apropriação de materiais e pesquisa de preços.
- Insumos representativos, imputação de preços e custos fora dos grandes centros.
- Fretes, transportes internos e coletas extensivas.
- Mobilização, desmobilização e implantação do canteiro.
- Administração local, manutenção do canteiro e critérios de medição.
- Custo horário de equipamentos: depreciação, juros, manutenção e operação.

IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA FORMAÇÃO DE PREÇOS E ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS PÚBLICA

- Efeitos da reforma na composição dos custos diretos e indiretos das obras.
- Revisão do BDI: nova estrutura de encargos, tributos e margens.
- O conceito de IVA equivalente e o seu uso no BDI.
- Qual seria a equação para cálculo do BDI.
- Tratamento do IBS e CBS na planilha orçamentária: insumos, serviços e encargos sociais.
- Comparativo entre regimes tributários antes e depois da reforma.
- Simulações práticas de orçamentação de obra pública com o novo modelo tributário.
- Como tratar os créditos de IBS e CBS existentes nos custos horários dos equipamentos (depreciação, custo de oportunidade, manutenção, combustíveis, seguros e impostos, energia, mão de obra de operação)?
- Há créditos de IBS e CBS na mão de obra? Aonde estariam tais créditos?
- A Reforma Tributária e o incentivo à “pejotização da mão de obra”.
- Demostração do BDI ano a ano, de 2026 a 2033 com a imterpretação da Reforma Tributária.

DESONERAÇÃO DA FOLHA E REFLEXOS NO CUSTO DA MÃO DE OBRA

- Alterações nos encargos sociais e previdenciários.
- Impactos na composição de custos unitários do SINAPI e SICRO.
- Estratégias de precificação e repactuação contratual diante do fim gradual da desoneração.

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE OBRAS PÚBLICAS

- Disposições presentes na Lei Complementar 214/2025.
- Conceitos fundamentais: matriz de riscos, teoria da imprevisão e fato do príncipe.Distinção entre revisão, reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro.
- Formação da equação econômico-financeira do contrato.

- Proteção constitucional à equação econômico-financeira do contrato.
- Há necessidade comprovação o desequilíbrio por parte do contratado? Que documentação poderia ser exigida?
- Necessidade de exame global do contrato.
- Qual a data do fator gerado do reequilíbrio da Reforma Tributária?
- Modelagem de custos e projeção de impactos tributários em contratos vigentes.
- Ajustes de planilhas orçamentárias e recomposição do BDI após a Reforma Tributária.
- Roteiro detalhado e metodologia proposta para reequilibrar os contratos de obras públicas.
- É necessário celebrar termo de aditamento para reequilibrar os contratos administrativos por conta da Reforma Tributária? Os contratos poderiam ser alterados por mero apostilamento caso as bases para revisão de preços já estejam incorporadas aos contratos?
- Existem regras de preclusão que podem ser opostas pela administração para não reequilibrar os contratos por conta da reforma tributária?
- A variação no preço dos insumos em virtude da Reforma Tributária pode ensejar o reequilíbrio do contrato de construção civil ou o impacto do novo regime se restringe aos tributos constantes do BDI?

CARGA HORÁRIA

16 (dezesseis) horas
Horário: 08h30 às 12h30 | 13h30 às 17h30

INVESTIMENTO

R$ 3.990,00 (Três mil, novecentos e noventa reais) por participante.
Incluso: Material de apoio, apostila com conteúdo exclusivo do curso e certificado com carga horária.

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

Telefone: (41) 3209 0324
WhatsApp: (41) 9 8870 6949
E-mail: angelica@premiertreinamentos.com.br

Solicitação de documentações, Certidões Negativas
E-mail: angelica@premiertreinamentos.com.br
WhatsApp: (41) 9 8870 6949

DADOS PARA EMISSÃO DO PAGAMENTO OU EMPENHO

DADOS DA EMPRESA
Nome da Fantasia: PREMIER TREINAMENTOS
Razão Social: JMA TREINAMENTOS E SOLUÇÕES PÚBLICAS LTDA
Av. Marechal Floriano Peixoto, 5.391 – Hauer - Curitiba/PR
CEP 81.610-000
CNPJ: 48.941.539/0001-71
Inscr. Estadual.: ISENTA
Inscr. Municipal: 1.065.304-0



PALESTRANTE



ANDRÉ PACHIONI BAETA

(*Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União*)

É engenheiro graduado pela Universidade de Brasília. Também possui pós graduações em gestão pública e Direito Administrativo. Desde 2004, exerce o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Atualmente, exerce a função de Assessor em Gabinete de Ministro do TCU.

É autor dos seguintes livros:

- ✓ *"Orçamento e Controle de Preços de Obras Públicas", da Editora Pini;*
- ✓ *"Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Aplicado às Licitações e Contratos de Obras Públicas", publicado pela Editora Pini.*

Também é coautor dos livros:

- ✓ *"Terceirização, Legislação, Doutrina e Jurisprudência", publicado pela Editora Fórum;*
- ✓ *"Lei Anticorrupção e Temas de Compliance", editado pela Editora Juspodivm;*
- ✓ *"Pareceres de Engenharia", do Clube dos Autores;*
- ✓ *"Novo Regime Jurídico das Licitações e Contratos das Empresas Estatais", da Editora Fórum.*